



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 04 2015	15h25min	32 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7^a LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 32^a
(TRIGÉSIMA SEGUNDA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DEBATER PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 14/2013,
DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, QUE “ALTERA A LEI
COMPLEMENTAR N° 766, DE 19 DE JUNHO DE 2008, QUE
DISPÕE SOBRE O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NO COMÉRCIO
LOCAL SUL, DO SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS – SHCS, NA
REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BRASILIA – RA I, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS”.**

DE 23 DE ABRIL DE 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 504, de 2015, de autoria de vários Deputados, a sessão ordinária de hoje, 23 de abril de 2015, quinta-feira, fica transformada em comissão geral para debater o Projeto de Lei Complementar nº 14,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 04 2015	15h25min	32 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	2

de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei Complementar nº 766, de 19 de junho de 2008, que 'dispõe sobre o uso e a ocupação do solo no Comércio Local Sul do Setor de Habitações Coletivas da Região Administrativa de Brasília, RA I, e dá outras providências'".

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência vai suspender os trabalhos, convidando as senhoras e os senhores Deputados, bem como todos os convidados, a participarem desta comissão geral no plenário.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h33min, a sessão é reaberta às 15h37min.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Está reaberta a sessão.

Convido a tomar assento à Mesa os seguintes convidados: o Deputado Chico Vigilante, que foi um dos autores da ideia de realizar esta comissão geral; o Exmo. Sr. Manoel Alexandre, Secretário-Adjunto de Relações Institucionais; o Sr. Igor Tokarski, Administrador Regional de Brasília; o Dr. Edson de Castro, representante da Fecomércio/DF e Setor Produtivo; o Sr. Cleber Pires, representante da Associação Comercial do DF; e o Dr. Jael Antonio da Silva, Presidente do Sindhobar. (Palmas.)

Eu gostaria de dividir esta Presidência com o Deputado Chico Vigilante, pois ontem, quando estávamos discutindo, no Colégio de Líderes, a prorrogação dessa lei, foi lembrada por S.Exa. a necessidade de uma solução definitiva e não de uma prorrogação que todo ano acontece. Esta audiência pública é necessária para que possamos entender quais os reais motivos da falta de adaptação dos empresários à lei.

Esta Casa sente-se muito honrada em receber todos vocês.

Passo a Presidência ao Deputado Chico Vigilante.

(Assume a Presidência o Deputado Chico Vigilante.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu vou falar da satisfação de poder receber todos vocês aqui. Eu gostaria de convidar para tomar assento à mesa a Dra. Bruna Maria Peres Pinheiro, Presidente da Agefis. (Palmas.)

Essa é uma discussão por demais conhecida de todos nós e de toda a população do Distrito Federal. Eu não conheço praticamente ninguém em Brasília que já não tenha, em algum momento da vida, sentado sobre o abrigo de um puxadinho, seja no Beirute – o Chiquinho está ali –, ou onde quer que seja, estamos lá. Sabemos da dificuldade que vocês têm enfrentado o tempo todo. Inicialmente, a grande dificuldade que tínhamos era com o Ministério Público. Felizmente, a última lei que aprovamos não foi considerada inconstitucional, mas a verdade é que ela é de difícil aplicação, há uma dificuldade enorme de aplicá-la.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 04 2015	15h25min	32 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	3

Dra. Bruna, eu dizia ontem que, na medida em que não adequamos as coisas à questão legal, sobra para a senhora a tarefa mais difícil. Fica parecendo que a Agefis é o bicho-papão, é o mal de todos e, na verdade, não é. Por isso é importante que cheguemos a uma lei efetiva e capaz de resolver esse problema definitivamente para que não fiquemos a cada ano tendo de prorrogar, e prorroga-se por mais um ano, dá-se um ano de tranquilidade e prorroga-se por mais um ano.

Eu dizia ontem, na reunião de liderança, que, daqui a cinco anos, vamos dizer que mudou todo mundo, daí chega o pessoal novo, que não tem muito acúmulo do que foi discutido até então, e começa tudo de novo. Portanto eu acho que está na hora de paramos com o recomeçar e efetivamente chegarmos a uma solução definitiva para esse, que é um problema grave.

E não é um problema que hoje se atém ao Plano Piloto, Deputada Celina Leão, nós temos uma situação para a qual vamos ter de encontrar uma solução logo: os supermercados da Ceilândia. Ceilândia, quando foi pensada, principalmente o Setor P Norte, Setor P Sul, Setor Guariroba e o Setor O, a ideia de quem desenhou aquilo ali é que o povo não ia crescer nunca. São lojinhas de 50 metros. A pessoa foi lá, adquiriu através da antiga SHIS – Sociedade de Habitação de Interesse Social Ltda. seis lotes, que dão 300 metros, e montou um supermercado. Só que o supermercado foi expandido. Hoje há supermercados com 1300, 2000 metros que estão irregulares.

O que estávamos discutindo anteriormente que vai unir o útil ao agradável? É o governo – estamos propondo essa discussão lá – criar os lotes que estão ocupados. Ele cria, através da Terracap, e licita. Quem adquirir adquiriu. O dono de supermercado que não der conta de adquirir exerce o direito de compra, de preferência, e aí legaliza. O governo passa a arrecadar mais ainda com os impostos, passa a arrecadar de imediato com a venda, e solucionamos esse problema que temos hoje, que é gravíssimo na Ceilândia e que precisamos efetivamente resolver.

Para se ter uma ideia, quando pensaram Ceilândia, os quintais davam para a avenida. Nunca pensaram que iam virar comércio. A verdade é que os quintais viraram comércio, e temos comércios grandes. Sempre cito um restaurante – que valeria a pena todo mundo conhecer –, o Beer House, que hoje abriga 750 pessoas sentadas. Ele é um bar e restaurante de qualidade, de grande porte, na Ceilândia, que era num desses lotes residenciais. São coisas da cidade, que foi se expandindo. Cabe a nós agora encontrar a solução legal. É fato, existe.

Portanto, o objetivo desta sessão, desta comissão geral, quando a propusemos ontem – e a Deputada Celina Leão, que presidia a sessão, acatou de pronto –, é ouvir vocês, ter noção exata das proposições que vocês têm, tanto as autoridades do governo quanto os maiores interessados, que são os empresários, e, a partir daí, encontrar uma solução. Esse é o sentido efetivo da nossa audiência pública.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 04 2015	15h25min	32 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	4

Podemos começar. Eu queria, Deputada Celina Leão, sugerir que ouvíssemos primeiro os comerciantes, depois os componentes do Governo do Distrito Federal que estão aqui e, conforme o nosso Regimento, a palavra fica também facultada a qualquer Deputado que queira se pronunciar, mas acho que o mais importante é ouvirmos primeiro os empresários e as autoridades do governo que compõem aqui a Mesa.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu acho que é importante o Cerimonial recolher o nome do empresário que quiser falar aqui pelo tempo regimental de três minutos, mas eu só queria fazer uma correção, pois, quando abrimos o plenário, o Deputado Wasny de Roure já se encontrava presente, e eu me esqueci de citar a presença de S.Exa. Quero cumprimentá-lo e citar a presença de S.Exa., registrando minhas desculpas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Acatado o encaminhamento. Já que ninguém se manifestou ao contrário, concedo a palavra ao Sr. Edson de Castro, Presidente do Sindivarejista e representante da Fecomércio/DF.

SR. EDSON DE CASTRO – Uma boa tarde para todos, cumprimento a Presidente desta Casa, Deputada Celina Leão. Considerem-se todos cumprimentados.

Essa história de puxadinho já tem mais de treze anos. Quem está perdendo com isso? O governo, que está deixando de arrecadar. São mais de dois mil puxadinhos. E há dificuldade para se regularizar, pois, só na Administração, há 266 processos. Desses, 156 estão encaminhados. Dos outros, uns não foram aprovados. Muitos lojistas já desistiram, porque uma das maiores dificuldades hoje é encontrar os outros proprietários das lojas para assinarem autorizando todo o bloco a fazer de acordo com o projeto. Uns estão na Europa, não moram mais no Brasil. Então, essas são as grandes dificuldades. Deve-se manter o que está escrito, que são os seis metros, porque já existe aprovado puxadinho com seis metros e já existe puxadinho funcionando.

Aos senhores do Governo do Distrito Federal digo que quem está perdendo é o governo. Se continuar assim, colocar-se aqui até a data de 27 de junho e não mudar, não facilitar em se fazer isso, não vai resolver nada, nós vamos, daqui a um ano, estar aqui novamente tentando resolver esse impasse.

Por enquanto, muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra o Sr. Presidente do Sindicado de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Brasília – SINDHOBAR, Jael Antonio da Silva. V.Sa. tem o tempo que achar necessário para fazer a sua exposição.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 04 2015	15h25min	32 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	5

SR. JAEI ANTONIO DA SILVA – Então, deixa comigo que vou ler o projeto inteiro. Brincadeirinha.

Boa tarde a todos, é um prazer imenso estar aqui representando o nosso segmento, setor de alimentação e hospedagem de Brasília, que realmente, a exemplo de todos os outros comerciantes que ocupam esses espaços das lojas comerciais na Asa Sul, têm passado por uma série de questões, dentre elas a própria insegurança do negócio. Porque, a partir do momento em que nós não estamos legalizados, estamos sujeitos, a qualquer instante, a sofrer uma fiscalização e, mais do que natural, se existe uma lei e não está sendo cumprida, a fiscalização tem por obrigação autuar mesmo.

No entanto, várias são as dificuldades impostas nesse projeto. A principal delas já foi até citada pelo nosso representante da Fecomércio, o Edson, é a dificuldade em se encontrar os verdadeiros proprietários. E, quando os encontramos, que haja a anuênciados mesmos para que a obra seja executada naqueles moldes. Evidentemente, essa dificuldade da anuênciados é em função de despesas e custos financeiros que o projeto acarretará para o proprietário da loja em primeira instância. Então, a maioria deles se esquia dessa responsabilidade, essa é uma grande verdade, para que o custo, vamos chamar assim, dessa empreitada, dessa construção, recaia exclusivamente sobre o dono do empreendimento, que, na maioria das vezes, ou a grande maioria, são lojas alugadas. Esse eu considero um ponto muito forte.

Além disso, há a dificuldade de acesso a linhas de financiamento. No caso específico poderia se ter alguma coisa, por exemplo, junto ao Banco Regional de Brasília, no sentido de haver uma certa facilidade, talvez em prazo, talvez em dispensa de garantias. O que se percebe hoje, para qualquer cidadão que for a um banco pegar o empréstimo, a primeira coisa que se pede são garantias reais, e a maioria desses empresários – e falo aqui quase que de uma maneira geral, acho que seja assim, em bares e restaurantes é dessa forma – não tem condições, e normalmente não tem bens, porque são pequenos negócios, quase todos são pequenas e microempresas e não teriam capacidade de oferecer um bem em garantia para a tomada desse empréstimo.

O terceiro ponto, que vejo muito preocupante também, é a questão das redes das concessionárias, rede elétrica, rede de água, às vezes, rede do próprio gás, que interferem diretamente na construção desse projeto, ou seja, precisariam ser executados remanejamentos dessas redes. E, até onde sei, as companhias concessionárias querem que o custo dessa remoção seja também imputado ao empresário. Ora, já estamos vendo aqui que, além do próprio custo da obra, é mais um custo, que na verdade deveria ser do poder público, deveria estar sendo equacionado pelo poder público, e mais uma vez iria recair sobre nós empresários.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 04 2015	15h25min	32 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	6

Por último, e não menos importante, é o que temos percebido. Eu efetivamente assumi o sindicato recentemente, mas conheço esse problema desde a época em que eu abri o meu primeiro restaurante em Brasília, em 1991, o Carpe Diem, muitos de vocês devem conhecer. Acho que, desde aquela época, a gente briga com essa história do puxadinho, que é a aprovação dos projetos para a execução dessas obras. Isso a gente tem ouvido de todos os comerciantes, de uma maneira geral, que é um grande dificultador, porque se demora uma eternidade para se conseguir a aprovação desses projetos.

Recentemente, num almoço na Federação do Comércio, patrocinado pelo nosso Presidente Cleber, com a presença do governador para fazer um retrato dos cem dias de governo, ele mesmo reconheceu a dificuldade da implantação dessa, vamos chamar assim, central de aprovação de projeto, ou de análise de projeto, em função das dificuldades impostas pela lei fiscal de não poder se contratar mais pessoas, pois já foi atingido o nível máximo do Distrito Federal, e, com isso, não sei se está sendo equacionado ou não.

Bom, esses foram os quatro pontos que acho, assim, de fundamental importância. Dois deles pelo menos são da competência do governo, que poderia, e muito, agilizar para que essas obras fossem iniciadas rapidamente.

Era isso o que eu tinha para colocar inicialmente. Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado.

Vamos ouvir agora o Presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, Sr. Cleber Pires.

SR. CLEBER PIRES – Senhoras e senhores, boa tarde. Cumprimento a Mesa em nome do nosso Deputado Chico Vigilante.

Eu gostaria de iniciar parabenizando o governo pela iniciativa de encaminhar este projeto de lei. E dizer aos Srs. Parlamentares que o setor produtivo vem passando por grandes dificuldades e chamo a atenção para um caso específico. Esse puxadinho aconteceu de forma desordenada como cresceu Brasília. Não é possível que iremos resolver toda essa questão sozinhos. Eu fico feliz de encontrar aqui a Caesb, a CEB, o nosso querido Administrador do Plano Piloto, acho que não faltará boa vontade da parte dele, principalmente, para dar celeridade nesses processos que irão chegar à administração.

É do conhecimento de todos nós que há mais de 3 mil casos de puxadinhos; e apenas 10, se não me falha a memória, já regularizados. As dificuldades estão muito aquém da vontade das pessoas que ali estão; são empresários que locaram ou compraram aqueles imóveis que, naquele momento, era exatamente do seu tamanho. Não havia outra alternativa, aos olhos do Poder Público, de aumentar de forma desordenada e hoje precisamos adequar. Não há nenhum empresário que eu conheça que queira estar na informalidade. Todos aí estão, sem dúvida nenhuma,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 04 2015	15h25min	32 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	7

com o desejo de contribuir com o ordenamento da nossa cidade. É muito importante que venhamos a somar esforços, nós fazendo a nossa parte e o Poder Público fazendo a dele. E um dos grandes entraves que houve durante esse período, antes dessas prorrogações... Espero que essa não venha a ser mais uma, que venha a ser um momento de nos juntarmos, como aqui estamos, na Casa de todos nós, na Casa de Lei.

Eu deixo aqui o meu registro, o meu apelo a todos os Parlamentares que não nos deixem na mão. Infelizmente, eu gostaria de registrar que o setor produtivo é órfão de um verdadeiro representante na Câmara Legislativa. Não temos ninguém que possamos dizer: fulano é o nosso Deputado. Portanto, quero dizer a todos os Parlamentares presentes e aos que aqui ainda não estão que o setor produtivo está carente, precisando da presença de cada um dos senhores, do voto de confiança dos senhores, pois ser empresário hoje, manter nossos empregos e as nossas portas abertas, com a alta carga tributária e com a falta de celeridade do Poder Público, se eu pudesse dar um título seria o de verdadeiros heróis.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu gostaria de registrar as presenças da Presidente da Comissão de Assuntos Fundiário e Procuradora Especial da Mulher, Deputada Telma Rufino; do Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, Deputado Ricardo Vale; do Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Concedo a palavra ao Sr. Secretário-Adjunto de Relações Institucionais, Manoel Alexandre. V.Sa. tem o tempo que achar necessário para fazer sua exposição.

SR. MANOEL ALEXANDRE – Obrigado, Deputado Chico Vigilante. Boa tarde, eu quero cumprimentar a Mesa: a Sra. Presidente, Deputada Celina Leão; o Exmo. Deputado Chico Vigilante; o nosso Secretário de Relações Institucionais e Sociais, Marcos Dantas; o nosso Administrador Regional do Plano Piloto, Igor Tokarski; o Presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, Cleber Pires; o Presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Brasília, Jael Antonio da Silva; o representante do Sindivaregista e da Fecomércio do Distrito Federal e Setor Produtivo, Edson de Castro, nesta oportunidade.

Eu queria também registrar a presença dos nossos companheiros que nos acompanharam nessa jornada: o Luiz Otávio, da Segeth; a Dra. Bruna, da Agefis; o Dalmo, da CEB; o José Lopes, da Caesb; e, mais uma vez, o Igor, que também integrou esse grupo que vem se debruçando sobre esse assunto desde o dia 6 de fevereiro, quando nós promovemos uma primeira reunião na Secretaria de Relações Institucionais e Sociais, reunião essa provocada, inclusive, pelo setor produtivo. Naquela oportunidade, nós recebemos um documento do setor produtivo indicando



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 04 2015	15h25min	32 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	8

as dificuldades que se apresentavam para o cumprimento da Lei Complementar nº 766, de 2008.

Eu devo confessar aos senhores que num primeiro instante... Aproveito para cumprimentar os Deputados aqui presentes, muito boa tarde. Naquela oportunidade, nós não pensávamos em mudar a lei. Nós pensávamos que alterar o decreto seria suficiente para que fizéssemos os ajustes necessários à adequação da Lei Complementar nº 766.

Com o andar dos estudos e com as diversas interlocuções que tivemos com o setor produtivo, nós fomos chegando à conclusão de que a Lei Complementar nº 766 era efetivamente inaplicável. Uma série de problemas técnicos, de burocracia, de exigências demasiadas foram colocadas na legislação e impediam que os empresários – como era do seu desejo e como é do seu desejo – viessem se adequar às exigências legais.

Em torno dessa questão, nós também procuramos o Ministério Público. Fizemos duas reuniões com o Ministério Público e recebemos, recentemente, do Ministério Público, um expediente – e não foi um Termo de Ajustamento de Conduta. Foi um expediente em que o Ministério Público nos encaminha considerações iniciais para posterior detalhamento, a fim de subsidiar discussão acerca da proposta de alteração da Lei Complementar nº 766, o que foi um reconhecimento do Ministério Público, também, de que a legislação precisaria ser alterada.

Em razão de todas essas exigências, o Governador Rodrigo Rollemberg, que acompanha de perto toda essa discussão, resolveu que seria necessária uma mensagem à Câmara Legislativa no sentido de que nós tivéssemos mais uma prorrogação. Quatro já haviam sido feitas, mas foram simplesmente prorrogações que não alteraram em nada o texto legal.

Nós precisamos mudar o texto legal. Nós precisamos, inclusive, simplificar a lei. Nós precisamos fazer com que os nós se desatem. Precisamos fazer com que nós tenhamos um normativo desburocratizante.

O setor produtivo, que é a mola que move a economia, precisa de oxigênio e precisa ter uma segurança jurídica capaz de fazer com que os seus negócios sejam negócios que tenham a vitalidade necessária para produzir riqueza, emprego e impostos. Diante desse quadro, não nos restava outra alternativa que não fosse... E numa atitude convergente com a classe empresarial, com o Ministério Público, o Governador Rodrigo Rollemberg conversou com o Iphan também acerca dessa questão.

É nosso desejo que o projeto seja aprovado de acordo com o que foi encaminhado para esta Casa para que nós possamos, na sequência, estabelecer a metodologia necessária para que possamos fazer discussões técnicas envolvendo os mais diferentes atores interessados nessa questão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 04 2015	15h25min	32 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	9

E nesse sentido, inclusive, já conversamos com o Ministério Público para que ele acompanhe essas discussões. Nós sabemos que o Ministério Público não pode integrar o grupo de trabalho, mas as interlocuções serão permanentes e constantes pelo Ministério Público no acompanhamento do desenrolar desses trabalhos. E, evidentemente, como não poderia deixar de ser, também a Câmara Legislativa.

Portanto, Srs. Deputados, Sr. Deputado Chico Vigilante, que preside esta reunião, essas são as nossas considerações iniciais. Nós estamos aqui com especialistas na matéria, o Luiz Otávio, a Dra. Bruna, o Dalmo, o José Lopes, a CEB, a Caesb, que poderão prestar todos os esclarecimentos que forem necessários.

Vou mais além. Quero registrar que numa das nossas reuniões com o Ministério Público, em que foi esse grupo por inteiro, nós ouvimos depoimento da Dra. Maria Elda e do Dr. Dênio de que, pela primeira vez, na interação com integrantes de pessoas com a finalidade de discutir essa matéria, o governo compareceu por inteiro. Isso foi um gesto extremamente importante nas conversas que nós tivemos com os promotores do Ministério Público.

Portanto, acho que para esse tema é capaz, sim, de, convergentemente, nós encontrarmos soluções possíveis de fazer com que essa matéria seja superada no mais curto prazo de tempo possível.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Quero registrar a presença do Deputado Joe Valle, que é Presidente da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle da Câmara Legislativa, e do Deputado Rafael Prudente, Vice-Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Concedo a palavra ao Administrador Regional de Brasília, Sr. Igor Tokarski.

SR. IGOR TOKARSKI – Boa tarde a todos e a todas. Cumprimento o Presidente desta comissão geral, Deputado Chico Vigilante; a Deputada Celina Leão, Presidente da Câmara Legislativa; e aproveito para cumprimentar os Deputados Prof. Reginaldo Veras, a Deputada Telma Rufino, o Deputado Wasny de Roure, o Deputado Ricardo Vale, o Deputado Rafael Prudente e o Deputado Joe Valle. Cumprimento também o nosso Secretário de Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal, Sr. Marcos Dantas; o Secretário-Adjunto, Manoel Alexandre, e também os nossos colegas de trabalho que representam aqui o setor produtivo; Cleber Pires, presidente da Associação Comercial; Jael Antonio da Silva, presidente da Sindhobar; e Dr. Edson de Castro, como representante da Fecomércio.

Bom, aproveito para cumprimentar também, e agradecer pelo companheirismo, os colegas do Governo de Brasília, na pessoa do Luiz Otávio, Secretário-Adjunto da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação, a Segeth; a Dra. Bruna Pinheiro, presidente da Agefis; Dalmo Lopes, representante da Caesb e da CEB, que foram fundamentais para que nós chegássemos a uma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 04 2015	15h25min	32 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	10

situação, a um nível de discussão em que nos encontramos hoje porque, em função até de uma provocação muito grande no setor produtivo para que nós iniciássemos um diálogo, para que iniciássemos um debate em respeito à legislação em vigor, debruçamo-nos, esse grupo de trabalhou se debruçou em reuniões também com o setor produtivo para que encontrássemos e identificássemos aquilo que obstaculizava a adequação da legislação. Que encontrássemos o porquê de os comerciantes não poderem se adequar à legislação.

E trago números, encontrados dentro da Administração Regional do Plano Piloto, que refletem exatamente esse pensamento. Projetos, processos, puxadinhos com projetos de arquitetura para aprovação, nós temos hoje em andamento 153, e em fase de análise, 78. Em exigências, 21, e em arquivo ou que não são passíveis de regularização ou que houve a desistência do próprio comerciante, 54. Puxadinho com projeto de arquitetura aprovado e que ou aguardam o cumprimento da exigência do termo de inexigibilidade ou assinatura do contrato de concessão de uso, nós temos 80; com contrato de concessão de uso, e aí aguardando a licença da obra, a licença de construção, 19; ou com contrato e licença de obra, e aí aquele número final, nós temos 14.

Então, estamos diante de uma estatística muito grande que reflete exatamente este pensamento: nós precisamos encontrar uma adequação desburocratizante para que os comerciantes possam se adequar à norma. E é este o pensamento da Administração Regional do Plano Piloto nesta comissão geral: que nós pensássemos, a partir desse diálogo amplo, Deputado Chico Vigilante, com a Câmara Legislativa, que não se trata de mais uma prorrogação, trata-se de um marco para que, em nível plural – mais uma vez ressaltando o que disse o Dr. Manoel Alexandre –, nos entendimentos construídos com o Ministério Público, que eles possam continuar para que encontremos, também com a participação do Iphan, mecanismos e instrumentos não para facilitar, mas para dar o mínimo de dignidade e consigamos avançar nesse tema que há tanto tempo se debate no Distrito Federal. No caso específico, são os puxadinhos da Asa Sul.

É preciso dar essa tranquilidade, essa segurança jurídica para que os comerciantes possam pensar nos investimentos, na geração de empregos, que com certeza serão de grande benefício para a cidade. A própria mensagem encaminhada à Câmara Legislativa diz que competirá à administração regional um termo de autorização precária. Nesse caso do termo de autorização precária, nós continuaremos a contar com a parceria da Agefis para que esse termo seja algo o mais simples possível e que invertamos um pouco a lógica da coisa. Que a gente entenda que os comerciantes, em sua maioria, até que se prove o contrário, agirão de boa-fé. Agirão de boa-fé e caso não cumpram com o que há de regulamentado, que já existe nas normas – aí, eu digo normas de gabarito, planos diretores locais –, isso será passível de uma forte fiscalização.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 04 2015	15h25min	32 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	11

Então, que invertamos a lógica, que esse termo de autorização precária seja bastante simplificado. Esse é o intuito da administração.

Obrigado pela oportunidade. Coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Nós vamos agora abrir a palavra para as pessoas do plenário que se inscreveram e para os Deputados que quiserem usá-la neste momento.

Antes, porém, vou ler para os senhores, e vamos distribuir, uma análise rápida que nós fizemos, que a nossa assessoria da liderança do PT fez do projeto que foi lido ontem na Câmara Legislativa. Nós encontramos os seguintes problemas.

"Análise do Projeto de Lei Complementar nº 14/2015, do Poder Executivo, sobre puxadinhos da Asa Sul.

O PLC, a pretexto de prorrogar o prazo para adequação dos puxadinhos, traz outras alterações significativas e prejudiciais aos comerciantes, no nosso ponto de vista:

1^{a)}) A regularização dos puxadinhos estava restrita às ocupações de área pública até 19 de junho de 2008. Esse prazo está sendo retirado do PLC. Em consequência, se ele for aprovado como está, ficam autorizadas novas ocupações até o prazo final para regularização: 27/6/2016.

2^{a)}) Como outras proposições, também esta apresenta problemas de técnica legislativa inaceitáveis.

No §1º, chama de lei o que devia chamar de lei complementar. Esse é um problema a ser sanado aqui.

No §3º, atribui à Administração Regional o poder regulamentar.

Ocorre que apenas o Governador pode regulamentar uma lei ou uma lei complementar, conforme disposição expressa de nossa Lei Orgânica.

Art. 100. Compete privativamente ao Governador do Distrito Federal:

VII - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.

Também no §3º remete a regulamentação para a administração regional, sem dizer a qual administração regional se reporta.

No §5º, o PLC restringe as autorizações precárias àquelas já existentes, sem definir a data dessa existência: seria da Lei Complementar nº 766 em sua versão original? Ou da nova lei complementar? Ou de quando o fiscal quiser?

O PLC prevê a cobrança pela ocupação da área pública que for objeto da autorização precária, mas não define o valor nem a norma a ser aplicada.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 04 2015	15h25min	32ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

3º) No mérito, o PLC traz problemas para a continuidade do processo de regularização, pois:

No §1º, cria uma autorização precária de uso, sem dar prazo para que os interessados façam a solicitação e sem determinar prazo para que o órgão público competente a emita.

Só que, no §4º, o Governador Rollemberg manda a fiscalização exercer o seu poder de polícia para as ocupações que não venham a obter autorização precária.

Com isso, no dia da publicação da lei complementar, a Agefis poderá exigir do ocupante a referida autorização.

4º) Do ponto de vista constitucional, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal decidiu que a autorização precária é inconstitucional." Já é uma decisão tramitada e julgada.

Por isso, eu conversava com a Deputada Celina Leão, nossa Presidente, e ao final proporemos que seja composta aqui uma comissão de trabalho com os interessados, os senhores empresários, e colocaremos um ou dois técnicos à disposição. A Deputada Celina Leão colocará técnicos da Câmara, nós colocaremos os nossos, assim como o governo, para que amanhã cheguemos a um substitutivo possível de ser votado na terça-feira. Portanto, todos terão de se debruçar amanhã o dia todo, até chegarmos a um substitutivo possível de ser votado na terça-feira, para resolver e não trazer um pouco mais de problema.

A Deputada Telma Rufino pediu para falar. O Deputado Ricardo Vale prefere falar agora ou depois de ouvirmos o plenário? (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente, administradores, secretários, subsecretários, presidente do Sindhobar, todas as instituições que são do setor produtivo ligadas ao segmento de restaurantes e bares aqui no Distrito Federal e as principais afetadas por esse problema.

Estive conversando com nossos assessores, especialistas que estão há muito tempo nesta Casa, e fiquei refletindo. Nossa cidade é ilegal, a capital da República é uma cidade ilegal. Tudo aqui é ilegal. As ocupações, tudo é passível de regularização. Precisa regularizar, precisa regularizar, precisa regularizar. A gente percebe que o tempo passa, mudam os atores, e a discussão é a mesma: não roda, não roda. Acredito que está na hora – eu peço a nossa Presidente, ao Deputado Chico Vigilante, que está presidindo esse processo, e a todos os Deputados – de fazermos esse negócio rodar com os nossos assessores, com as pessoas que conhecem as leis.

Não adianta também, com a maior das boas vontades, Cleber, mais uma vez o governo fazer uma lei, amanhã o Ministério Público entrar com uma ADI e derrubar todo o processo. Aí, começa toda a insegurança do setor produtivo novamente. Eu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 04 2015	15h25min	32 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	13

tenho falado para o governador que essa cidade precisa de um choque no setor produtivo, é o que precisamos. O que vai resolver o problema da cidade é um choque no setor produtivo, interesse a quem interessar.

Para isso, precisam ser resolvidos esses problemas que são históricos na nossa cidade. Puxadinho é um problema do qual já ouvi falar durante um mandato inteiro, estou no meu segundo mandato. Provavelmente, se dependermos dessa solução, continuaremos ouvindo falar. Deputado Chico Vigilante, Deputada Celina Leão, V.Exas. têm o meu apoio para que possamos fazer uma coisa definitiva com a presença do Ministério Público, com o setor produtivo, com a Câmara Legislativa que tem um entendimento de como as coisas funcionam em termos de lei para que a gente tenha uma solução para esse processo, porque, se se quiser mudar a lei, vamos mudar a lei. A lei não é divina, é dos homens. A gente fica o tempo inteiro se escondendo atrás desses processos.

Há claramente diferenças de posições da sociedade. A sociedade está dividida nesse sentido. Se a gente for ver, há muitos grupos contra os puxadinhos, e nós vamos ter que resolver isso. Senta-se à mesa e resolve-se. Está na hora de fazer isso. Eu acho que está mais do que maduro. Há uma vontade do governo. O administrador está se colocando aqui também com uma vontade de fazer isso. O setor produtivo precisa – precisa. O governo vai arrecadar, e o setor produtivo vai vender mais. Num momento de crise, nada melhor do que esse incentivo para a gente consolidar esse processo.

Eu queria me colocar completamente à disposição para participar de todas as discussões. Eu participo disso até mesmo porque tenho parente que tem restaurante nesta cidade. Meu pai e um tio meu têm restaurante há quase trinta anos nesta cidade, e a gente ouve falar desse processo há muito, muito tempo.

Então, eu queria, Deputado Chico Vigilante, Deputada Celina Leão, que a gente pudesse realmente, Presidente, trazer isso para uma discussão dentro da Casa agora e fazer isso definitivamente. Eu acho que é a vontade de todos os Deputados desta Casa: da Oposição, da Situação, independentes, porque a gente vai dar uma solução definitiva e não vai mais ficar discutindo.

Eu tenho falado aqui neste plenário: a gente está meio sem paciência porque não tem mais o que falar. A gente é questionado nas ruas. A gente fala: "ah, então não vai funcionar". Daí fica do jeito que está: o governo finge que não tem, o empresário finge que tem, e fica essa situação de que nada se resolve e a gente fica com a Capital ilegal.

Acho que é o momento de nós realmente fazermos isso. Tem que se trazer o Ministério Público. Eu acho que o Ministério Público tinha de estar aqui para participar dessa discussão, ou a gente vai para lá discutir isso. O Deputado Wasny de Roure, se não me engano, tomou a iniciativa de fazer uma discussão lá no Ministério Público sobre a regularização das igrejas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 04 2015	15h25min	32 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	14

Vamos para lá, mas tem que ir ao local e ter um documento definitivo aprovado por todos. O que não dá é aprovarmos uma lei que o Executivo mandou para cá com uma série de incongruências que precisam ser resolvidas, e o Ministério Público considerá-la constitucional amanhã. Aí é brincadeira e nós estamos aqui também perdendo tempo.

Quero deixar clara a minha opinião e dizer que estou completamente à disposição para que começemos a resolver os problemas desta cidade. Não é? Puxadinho é um problema há muito tempo? Vamos resolver e ficar batendo nele até resolver, mas resolver de forma definitiva, legal. O Governo tem que ter peito, tem que ter vontade política e peito, presença e peito para bater e resolver essas coisas, senão, vamos ficar na conversa o tempo todo. É disso que eu estou com medo. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Nós vamos proceder agora da seguinte forma: vai falar um representante da comunidade que está inscrito e a gente intercala com um Deputado. Portanto, agora, com a palavra a Sra. Lúcia Luci Barros.

SRA. LÚCIA LUCI BARROS OTTONI DA SILVA – Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa na pessoa do Deputado Chico Vigilante. Sou Lúcia Ottoni. Sou empresária em Brasília. Estou em Brasília há 58 anos. Sou pioneira. Há 41 anos sou empresária. Há 31 anos eu tenho um puxadinho. Nós criamos a Ascom – Associação Dos Comércios Das Asas Norte e Sul – em 2008 para cuidar dos puxadinhos. Fui diretora da Associação Comercial e hoje estou à frente da Associação Empresarial dos Lojistas. E mais uma vez nós estamos aqui. Já vai para a quinta prorrogação. Nós não aguentamos mais. São 7 anos, 10 licenças de obras e 21 concessões de uso.

Eu quero dizer a vocês o seguinte: faltou vontade política nos outros governos. Nós reunimos vários candidatos ao governo, e lá na mesa 7 do boteco do Chiquinho, junto com o Governador Rollemberg, nós falamos sobre a questão dos puxadinhos – aliás, todo mundo conhece a questão dos puxadinhos. O Rollemberg assumiu o compromisso e disse que iria à nossa reunião lá no San Marino, na Ascom – até então, eu estava na Ascom – e o Rollemberg assumiu o compromisso moral de resolver o problema dos puxadinhos.

Para minha alegria, felicidade, no dia 7 de janeiro – está aqui –, eu encaminhei uma carta para o Governador Rodrigo Rollemberg. Quinze dias depois, nós já fomos chamados, inclusive, juntamente com o Sindivarejista e a Fecomércio. Nós estivemos lá – não é Dr. Edson? Estivemos com ele e participamos de uma reunião, na qual, prontamente, o Dr. Manoel Alexandre nos recebeu e disse que iríamos criar um grupo de trabalho. Esse grupo de trabalho foi criado, estudamos, ele conversou com a CEB, com vários órgãos do governo e foram até o Ministério



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 04 2015	15h25min	32 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	15

Público, que nos comunicou que queria ouvir os empresários. Ele queria ouvir os empresários, e nós estivemos lá.

Aqui eu quero agradecer imensamente ao Governo do Distrito Federal, que teve peito e coragem de dar esse passo para resolver. Nós estamos cansados de empurrar com a barriga. Já não aguentamos mais. Não aguentamos mais. Perdoe-me a Agefis, minha amiga Bruna. Não aguentamos ter fiscal da Agefis lá na nossa porta. Nós somos empresários, geramos renda, emprego, salário. Nós estamos sofrendo na pele. Muitas vezes a gente é visto como vilão, como aquele que quer ganhar muito, e o problema do puxadinho começou há muito tempo. Eu, como já sou empresária há muitos anos, sinto que as lojinhas pequeninhas têm necessidade de aumentar por causa da procura. Brasília era para ter 500 mil pessoas; hoje tem 2 milhões e 600 mil. Hoje, em Brasília, circulam 1 milhão e 200 mil pessoas nas nossas lojas. Vocês visitem os estabelecimentos para verem. A rua das elétricas está assim de gente. Todos nos procuram, e se você tem uma lojinha, você tem que aumentar, ampliar, melhorar. Automaticamente isso gera renda, imposto, emprego. O Chiquinho, por exemplo, tem 49 anos de casa. Acho que ele tem 45 anos de empresário direto. Há os empresários indiretos. Então, eu quero agradecer a oportunidade de, pela primeira vez, sentar com um Governador para ele nos ouvir.

Eu passei uma lista – não é Dr. Manoel? – imensa das imperfeições, dos problemas. Aí vão me questionar: “Por que até hoje não foi implementada?” Porque foi uma lei feita para não ser cumprida, porque tem várias imperfeições, vários problemas e se tornou uma lei inexequível.

Já estivemos neste plenário, já falei neste plenário. Procuramos resolver em nome da associação, da ACDF – Associação Comercial do Distrito Federal também. Não resolviam. Eu tinha contato direto com o Berger. Então, faltou vontade política. Hoje eu agradeço também ao Ministério Público, que nos ouviu, que foi muito simpático e está reconhecendo o problema. Está aqui, o Ministério Público nos mandou *email*. A Dra. Maria Elda nos ligou, mandou *email* para nós, empresários. O Ministério Público está muito sensível ao problema dos puxadinhos, porque é um problema que tem que ser resolvido resolvendo.

Ah, falam assim: “É um problema da CEB”. O grande problema com as concessionárias se reduz a problemas com a CEB. A Caesb tem mais ou menos uma meia dúzia. O problema é a CEB, mas na CEB, a gente resolve.

Eu estava conversando com o Dalminho – inclusive ele era criança lá na minha quadra. Eu costumo dizer: eu não tenho problema, eu tenho solução. Nós temos que resolver resolvendo. Onde nós vamos resolver? Na CEB? Na Aneel?

Então, nós temos de resolver resolvendo, não continuar empurrando. Eu até disse que, no dia em que um governo resolver, vai ter um busto na praça em agradecimento, porque, na verdade, nós precisamos que, agora, ela seja passível de solução.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 04 2015	15h25min	32ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

O grande problema é a burocracia. O Deputado falou sobre a questão do decreto: a lei, precisamos prorrogá-la, mas a regulamentação vai ser feita em decreto. Isso aqui é um monte de imperfeição. Isso aqui não torna a lei aplicável. Já foi passado para nós, já foi estudado. E nós vamos – não é, Dr. Manoel? – continuar.

A partir do momento da prorrogação, nós vamos continuar e ver o que podemos tirar para ter celeridade. Compromisso do governo, compromisso do Dr. Igor diz que nós iríamos desburocratizar. Não adianta ficar em cima dessa lei, desse decreto. A lei é maravilhosa, gente, ela resolve o problema de Brasília, mas nós precisamos desburocratizar, dar celeridade ao seu cumprimento.

Inclusive, agradeço à Deputada Telma Rufino, pois foi uma das que nos receberam, juntamente com o Dr. Edson. Conto também com o apoio dos demais Deputados no sentido de que vejam o problema da seguinte forma: não é nosso, o problema é do Distrito Federal, de todos nós.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Cumprimentando o Deputado Chico Vigilante pela iniciativa, cumprimento todos na Mesa.

Sou geógrafo de formação, com especialização em morfologia urbana e, dessa história de puxadinho, eu entendo bem desde que nós fizemos o nosso primeiro puxadinho lá em casa, na Ceilândia, para poder comportar a família.

Já na faculdade, fiz um trabalho de tese de pós-graduação, Invasão de Áreas Públicas na Ceilândia, isso lá no início dos anos noventa. E o que chamávamos na tese de invasão de área pública era referente a puxadinhos na Ceilândia, realidade que eu e o Deputado Chico Vigilante conhecemos muito bem. Mapeamos a cidade inteira em suas áreas comerciais para vermos a dimensão dos puxadinhos. Para você ver que o assunto é antigo!

Quando fui apresentar a tese, apresentei bonitinho. E a professora depois me questionou: "Está bom, Reginaldo. E a solução?" Eu, na minha impetuosidade juvenil, recém-formado, falei: "A solução é derrubar." E ela me ensinou uma coisa que eu jamais esquecerei. Ela disse o seguinte: "O espaço urbano, ele é dinâmico, ele está sempre se adaptando a uma realidade social. A cidade é o reflexo da sociedade. Logo, derrubar não é a solução."

Aquilo me serviu para o resto da vida. Eu estou falando do início dos anos noventa, e, até hoje, estamos tratando da mesma questão. Claro que o que for discutido aqui nesta Casa... E essa história de formar um grupo de trabalho para fazer um substitutivo ou para analisar esse projeto encaminhado pelo Governador, com emendas que sejam, tem que ser muito bem feito, Deputado Chico Vigilante.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 04 2015	15h25min	32 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	17

Por quê? Porque ele vai ser basilar, ele vai ser a base para que depois tentemos regularizar situações semelhantes em outras cidades, porque nós estamos discutindo um micro espaço urbano, que é o comércio da Asa Sul, mas esse é um problema de todo o Distrito Federal. Nós temos um puxadinho em todo o Distrito Federal. Aqui tem uma problemática maior por causa do tombamento da cidade. Mas o que foi feito aqui tem que ser feito com muita tranquilidade, com muita segurança, com a meticulosidade técnica necessária, para que, a partir daí, possamos fazer uma lei mais abrangente para todo o Distrito Federal.

E é claro que os atores envolvidos têm que ser respeitados, principalmente o setor produtivo, que é o mais afetado nessa situação, é o setor que gera emprego, é o setor que gera arrecadação. Então, temos que ter muito cuidado. E, para tanto, vou repetir o que Deputado Lira, que não está presente neste momento, já vem falando em relação à regularização de condomínios. As situações se assemelham à questão dos condomínios. A Sra. Antônia falou que falta vontade política. Eu concordo. Essa mesma vontade política falta em relação à regularização dos condomínios. E, acima de tudo, falta criar uma força tarefa para sanar o problema de vez. Essa mesma força-tarefa que falta para a regularização dos condomínios falta para colocar um ponto final nessa história dos puxadinhos. E tem que sair desta Casa, como disse o Deputado Joe Valle, mas tem de ser com segurança. Não é trazendo um projeto de lei às pressas e nós tendo de votá-lo às pressas, sem o devido debate e sem a devida análise, senão, daqui a alguns dias, teremos que mudá-lo novamente. E fica-se nesse imbróglio: faz-se uma lei para alterar outra, e nunca se sana definitivamente o problema.

Podem contar com o meu apoio nesse processo de regularização. Eu, que sou membro da CAF, estarei lá também analisando o projeto.

Sr. Presidente, muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Neste momento, concedo a palavra à Sra. Paula Finco, sócia gerente da Vila Objeto.

SRA. PAULA FINCO – Senhores, boa tarde. Eu quero falar um pouquinho sobre o quadrilátero.

Temos um decreto do Sr. Arruda, quando era governador, o Decreto nº 30.303/2009, que colocou o quadrilátero como uma área especial de tutela da unidade de vizinhança, o que nos impede de fazer parte da Lei dos Puxadinhos. Por ocasião da reunião com o Ministério Público, que a Lúcia comentou, nós fomos, e ela nos escutou e mandou um novo ofício em complemento ao mandado anteriormente ao GDF, em que ela diz que: "Segundo proposta apresentada pelo Ministério Público (...), ficaria proibida a construção na fachada posterior das lojas, permitindo-se apenas a ocupação com mobiliário removível. Comerciantes daquelas quadras argumentaram que essa diferenciação desmotivaria o empreendedor, podendo levar ao fechamento de grande número de estabelecimentos e, por consequência, à



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 04 2015	15h25min	32ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

instalação de uma situação de abandono e perigo no local. O Ministério Público concordou com essas ponderações e, a teor da especial tutela jurídica dispensada àquele quadrilátero, sugeriu que fosse permitida a edificação em área pública, desde que adotado o mesmo padrão arquitetônico para todos os blocos das quadras mencionadas, a fim de se preservar o máximo da harmonia e da qualificação estética do espaço, segundo concepção urbanística traçada por Lúcio Costa. Assim, o Ministério Público retifica o item (...) para que o Distrito Federal permita também a construção em área pública nas Quadras 107/108 Sul e 307/308 Sul".

Então, é essencial que essas quadras que fazem parte do quadrilátero sejam inclusas na Lei dos Puxadinhos, uma vez que são quadras que servem como exemplo e modelo. E, se não houver essa adequação junto à Lei dos Puxadinhos, com toda a sua prorrogação e adequações daqui para a frente, a quadra, com certeza, vai entrar em decadência. É simples: o lojista que tiver que fazer uma obra para derrubar o seu puxadinho, ele vai procurar outra quadra e vai deixar essa loja ao abandono. Já temos muito problema na Asa Sul toda. E eu acho que, com certeza, essas quadras irão sofrer mais ainda. É isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Neste momento, concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqui presentes, vou ser objetivo, mesmo porque sou amigo de todos da Mesa.

Quero agradecer ao Deputado Joe Valle e ao Deputado Rafael Prudente terem cedido a vez para que eu pudesse falar. Não vou discutir os aspectos técnicos, jurídicos ou de processo legislativo. Todos sabemos da luta das pessoas que trabalham, que geram emprego. Apesar de ser o Líder da maioria nesta Casa, de ser o Líder do Bloco Força do Trabalho e de ser o Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, nesse momento, tenho um compromisso mais sentimental do que propriamente um compromisso de atividade parlamentar. A maioria dos donos de bares sabem que eu tinha um genro, chamado Rodrigo, que era sócio do Frederic Chopin e faleceu há dois anos, às três horas e meia da manhã, vindo do trabalho. Eu sei como é essa luta de dono de bar. Ele saiu do trabalho para casa, um caminhão atravessou a L2 e ele faleceu.

Então, por mais que sejam necessárias a formalização, a discussão ou a construção tanto jurídica, como técnica desse processo, o Deputado Agaciel Maia tem esse compromisso eterno, por ter vivido e acompanhado, durante vários anos, o sacrifício que é você empregar e sobreviver dessa atividade de ser dono de bar e de restaurante em Brasília.

Outro aspecto importante, Deputada Celina Leão e Deputado Chico Vigilante, que sempre estão à frente desse tema, é a cultura da cidade. As pessoas não podem atropelar as coisas. Não há como imaginar que se possa fazer uma atividade de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 04 2015	15h25min	32 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	19

diversão ou de lazer, até mesmo necessária depois do expediente de trabalho, sem que você possa sentar em uma cadeira, seja ao ar livre, sem estar trancafiado, para cumprir um formalismo que não é mais a cultura da nossa cidade.

Portanto, o meu pronunciamento hoje, aqui, é basicamente este: tenho um compromisso, um vínculo sentimental e um vínculo cultural com os bares e restaurantes. Vocês podem contar comigo hoje e sempre.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Quero convidar o Sr. Rodrigo Freire, Presidente da ABRASEL/DF – Associação Brasileira de Bares e Restaurantes no Distrito Federal.

SR. RODRIGO FREIRE – Boa tarde a todos. Eu queria primeiro agradecer a presença dos muitos empresários do nosso setor que vieram aqui, hoje; cumprimentar a Mesa; a Presidente, Deputada Celina Leão; o Deputado Chico Vigilante, que preside esta reunião, e todos os outros Deputados, principalmente os que sempre tiveram e demonstraram um carinho enorme pelo nosso setor, até por ser uma segunda casa para muitos de vocês.

Acho que muito já foi falado e chorado sobre as deficiências e as dificuldades da aplicação da lei anterior. Eu queria, na verdade, parabenizar o governo por nos ter chamado para uma conversa, assim como o Ministério Público, que demonstrou empenho no sentido de olhar e resolver o cenário atual de Brasília. Ao mesmo tempo, é importante que isso não seja politizado, porque não é verdade que só este governo tem tido bons olhos para o nosso setor; o governo passado também sempre nos chamou. Quase como um apelo dos empresários, acho que o importante é a união da Casa, dos Parlamentares, no sentido de dar segurança jurídica. Está todo mundo nos perguntando todo dia como vai ficar depois do dia 30. Já há algumas casas sendo notificadas.

Existe todo um temor, um receio, uma dificuldade. Então, o nosso apelo é para deixarem a gente trabalhar mais um ano. A gente precisa dessa aprovação. Inclusive foi combinada, com o governo e com o Ministério Público, a aprovação de um projeto o mais simples possível e também que se deixasse toda essa discussão que a gente considera importante, da necessidade de revisão do quadrilátero, da necessidade de haver linhas de financiamento...

A gente até estava conversando com o Jael isso. O grande problema, a gente sabe, é a dificuldade financeira que nós, comerciantes, vivemos, não é, Cleber? O maior problema de todos, na verdade, é a falta de financiamento, a falta de garantias que os comerciantes têm para fazer as reformas necessárias. Então, o apelo é para que a Casa, na verdade, se empenhe para aprovar o projeto, prorrogando o prazo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 04 2015	15h25min	32ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

A questão da autorização precária foi colocada, e o governo se comprometeu a fazê-la de uma forma desburocrática, no sentido de dar um mínimo de segurança nesse período, senão, de fato, a gente vai passar mais um ano e meio no medo e na insegurança de tocar o nosso negócio.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE – Boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar aqui o Deputado Chico Vigilante, que preside esta reunião, e a Deputada Celina Leão.

Quero dizer a vocês, empresários, comerciantes presentes que não consigo imaginar o Distrito Federal sem os puxadinhos. Nasci nesta cidade, moro em Sobradinho, sou frequentador de alguns bares aqui no Plano Piloto, de alguns restaurantes e entendo os puxadinhos como uma questão, como disse o Deputado Agaciel Maia, cultural. Não consigo mais imaginar alguns estabelecimentos, algumas casas que frequento sem os puxadinhos. Já faz parte da cultura. É uma necessidade do comerciante, do empresário e, vendo pelo lado social, é importante, porque aumenta o estabelecimento e gera, portanto, mais emprego, mais espaço para nos socializarmos, para participarmos de momentos de lazer.

Então entra ano e sai ano e não conseguimos resolver essa questão. Fico feliz de saber que o Governo do Distrito Federal, o Governador Rodrigo Rollemberg encaminha para a Câmara Legislativa um projeto e agora nós, Deputados, vamos trabalhar em cima dele. É uma ação importante do governo, mas é fundamental – espero que esteja sendo assim – que escutemos os empresários, o setor, porque ninguém mais do que eles sabe como são importantes esses espaços.

Eu queria dizer que me solidarizo com vocês. O que eu puder fazer aqui, no sentido de que essa coisa ande e se resolva de uma vez por todas – não só eu, pois percebo aqui na Casa que todos os Deputados têm esse mesmo entendimento –, para que toda a comunidade e os empresários possamos usufruir desses espaços importantes, aqui no Distrito Federal...

Então, da minha parte, haverá todo o empenho e esforço do meu gabinete no sentido de ajudarmos o governo, ajudarmos a Câmara Legislativa a resolver essa situação o mais rápido possível.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Deputado Ricardo Vale.

Concedo a palavra ao Sr. Artur Benevides, Presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul – CCAS.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 04 2015	15h25min	32ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

SR. ARTUR BENEVIDES DOS SANTOS PRADO – Eu queria cumprimentar a Mesa na pessoa da Presidente Celina Leão e dizer que é grande a satisfação da comunidade porque o então candidato Rodrigo Rollemberg, uma vez, sentado à mesa do San Marino – e nós levamos lá o anseio da comunidade e levamos também o anseio do setor produtivo –, em sua fala, disse: “Vocês serão ouvidos.” Isso eu tenho gravado. E fomos. Pela primeira vez, um governo colocou à mesa setor produtivo, Governo do Distrito Federal, Ministério Público, Deputado Chico Vigilante. Eu vi que o Deputado Joe Valle falou da ausência do Ministério Público, mas o Ministério Público esteve sim. Inclusive, foi ideia que partiu de nós, comunidade e comerciantes, que o governo procurasse o Ministério Público, e o Ministério Público também foi um parceiro. Nós não podemos negar isso.

Quero dizer que o governo acertou. A comunidade está feliz. E temos a certeza de que, ao contrário do que foi dito muitas vezes pela mídia, não será somente a prorrogação da prorrogação. Nós temos uma equipe de trabalho, não é mesmo, Dr. Manoel Alexandre? Não é mesmo, Dr. Igor Tokarski? Nós temos uma equipe de trabalho, e ela está trabalhando e não é de hoje.

Sentamos à mesa com o governo, com a comunidade, e nós queremos, sim, o setor produtivo. Nós da comunidade precisamos do setor produtivo porque são vocês que dão vida à nossa quadra, são vocês que dão alegria e não deixam aquela quadra ficar morta. Então, isso é importante.

Foi muito importante também o governo trazer – inclusive, quero agradecer – o Sr. Luiz Otavio, da SEGETH – Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação, e a Dra. Bruna, como sempre incansável. O poder de polícia da Agefis não pode sair. Sabe por quê? Vocês estão vendo que esses empresários que estão aqui são os que se interessam por aquilo que está sendo discutido aqui, mas existe aquele que está virando as costas e achando que isso aqui será somente mais um ano a correr, que lá na frente não vai haver nada para mudar o sentido das prorrogações. Na verdade, todos estão descrentes de que esse governo vai mudar esse posicionamento, essa meta, mas que eles aguardem, porque será diferente. Isso vai mudar, não é mesmo, Sr. Igor Tokarski? Isso vai mudar, tenho certeza.

Agora eu queria dizer que nossa preocupação é que vocês podem ver que muitos falam em bares, restaurantes abertos, tudo isso, mas esqueceram que existem, por exemplo, academias. Esqueceram que existe drogaria, funerária. Por exemplo, as imperfeições da lei trazem ali que, se hoje o meu colega da Malhart for seguir a lei à risca, o que ele tem de fazer? Se ele tem uma esteira, uma bicicleta ergométrica lá, quando ele for seguir a lei do puxadinho, ele vai ter de recolher tudo para dentro de uma loja. Como é que ele vai fazer com isso tudo, se ele é comerciante de esquina? Como é que ele vai fazer com o comércio dele? Como é que ele vai recolher esse bem todinho? Será que ele vai ter de sair da esquina para o meio para atender a lei? Ele, que está trabalhando de forma legal, a lei o tornou



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 04 2015	15h25min	32 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	22

illegal. A lei diz que o seu comércio é illegal. Veja as imperfeições! Ainda veio um decreto que piorou mais essa lei. Conseguiu fazer com que ela ficasse pior ainda.

Então, eu queria pedir, sim, a atenção desta Casa para essa prorrogação, pois ela é necessária. Os comerciantes precisam dessa prorrogação. Que o grupo de trabalho que foi constituído para discutir, para trabalhar melhor essa lei, não se desfaça. Que fiquemos caminhando juntos, Dr. Igor Tokarski, Dr. Manoel Alexandre! Vamos adiante com essa lei, com essa proposta, que vamos chegar ao caminho certo. Todos verão.

Parabéns a todos vocês!

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra à Dra. Bruna Maria Peres Pinheiro, Presidente da Agefis.

Antes, porém, quero registrar a presença do Deputado Raimundo Ribeiro.

DRA. BRUNA MARIA PERES PINHEIRO – Boa tarde a todos. Boa tarde a todos os componentes da Mesa. Eu queria fazer alguns esclarecimentos em torno de tudo que ouvi até agora.

A primeira coisa é que a proposta que estamos fazendo aqui não é uma proposta para corrigir a lei. É uma proposta provisória porque a lei atual vence daqui a sete dias. A consequência disso é que, daqui a sete dias, não existirá mais nenhuma possibilidade de prorrogação de prazo. Os comerciantes que estão ocupando área pública e que não conseguiram se regularizar porque a lei é realmente muito complicada vão estar totalmente vulneráveis. A Agência de Fiscalização – que não inventa leis, cumpre leis – vai ser obrigada a, no mínimo, multar todos os comerciantes que ocupam área pública. Então é muito séria a situação em que estamos.

Acabamos de chegar ao governo, e a lei vence agora, 30 de abril. Não dava tempo de revisar a lei inteira. Até tentamos, mas são tantas coisas que precisam ser alteradas que a nossa proposta foi uma proposta provisória de regularização, prorrogando o prazo por mais um ano e pouquinho com um grande diferencial: a cobrança por essa área. Nas quatro prorrogações que existiram, em momento nenhum, os comerciantes pagaram pela área, o que é, no meu ponto de vista, completamente equivocado. Eles estão ocupando, a área é pública, precisa ser cobrado. A proposta que estamos fazendo aqui hoje é uma regularização provisória.

Eu até anotei: um dos Deputados colocou aqui que a autorização precária foi considerada inconstitucional. O que foi considerada inconstitucional foi a autorização precária de funcionamento com relação à Lei nº 4.457 e as leis anteriores. A autorização precária de uso não é inconstitucional, é o que estamos propondo aqui. Inclusive ela é respaldada por decisão do Tribunal de Contas. Nós não iríamos propor absolutamente nada irregular. E não é um alvará, como eu ouvi de alguns colegas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 04 2015	15h25min	32 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	23

técnicos: "Ressuscitaram o alvará precário". Não. Não estamos dando um alvará de construção. Ninguém pode construir, ninguém pode fazer novas ocupações. Estamos regularizando quem está lá agora, até que façamos a revisão da lei como um todo e aí, sim, se possa desburocratizar o processo, tirar os entraves do meio do caminho.

Até hoje, todas as prorrogações foram na consequência, e não na causa. A causa é uma lei burocrática que não permite que quase ninguém consiga se regularizar. Eu entendo que a Agência de Fiscalização não pode exigir que o comerciante se regularize se o próprio governo não está dando conta de regularizar por tanta burocracia que existe dentro do processo.

Então eu só queria esclarecer que não estamos querendo fazer um tapa buraco, nenhum remendo. Estamos certos de que isso é realmente provisório, não estamos resolvendo o problema dali, mas precisa ser feito agora, porque, daqui a oito dias, vai estar todo mundo descoberto, sem nenhum tipo de possibilidade de regularização.

Era isto que eu queria deixar claro: a importância de aprovarmos esse projeto provisoriamente agora e aí, sim, abrir uma ampla discussão para rever todos os artigos da lei. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Primeiramente, boa tarde a todos. Quero cumprimentar toda a Mesa na pessoa da nossa Presidente Deputada Celina Leão e do nosso Presidente Deputado Chico Vigilante. Cumprimento todas as senhoras e senhores presentes. Vou ser muito rápido.

Existe a Lei Complementar nº 766, de 2008, que foi aprovada no plenário. À época, meu pai, o Deputado Leonardo Prudente, era o Líder do Governo Arruda. Logo depois, virou Presidente desta Casa. Muito se discutiu a elaboração, as emendas, os projetos que tratavam as coisas boas e ruins que poderiam acontecer por conta da lei. Foi tão discutida que, salvo engano, o governo queria o espaçamento de três ou quatro metros e acabou que, com a discussão dentro da Câmara, o espaço ficou em seis metros.

Então, isso foi muito discutido aqui. Acho muito temeroso, num espaço de tempo tão curto... Até terça-feira para ser votado isso, quer dizer, é só na terça-feira para ser votado para dar o tempo da publicação, os trâmites legais. Acho muito temeroso trabalharmos em qualquer mudança, muito temeroso. Essa lei complementar já foi alvo de Adin, se não me engano, duas vezes também. Então, é muito temerário querermos alterar qualquer artigo dela, seja qual artigo for, para que tenha mais uma motivação do Ministério Público e veja algum outro problema, de confusão e toda essa discussão aqui caia por terra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 04 2015	15h25min	32 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	24

Então, quero pedir, pelo que escutei aqui, acho que o mais sensato é que se pegue a legislação aprovada em 2008, prorogue-se esse prazo pelo período colocado aqui no projeto de lei enviado pelo governo para esta Casa e que não se mexa mais em nada. Simplesmente prorogue e, se for o caso, trabalharemos outra legislação, mas com tempo para sentarmos, discutirmos, fazermos audiências públicas.

Então, quero deixar o meu compromisso com vocês, de escutar vocês, quando precisarem, no nosso gabinete. O nosso gabinete é o de nº 22 aqui da Câmara Legislativa, deixo-o à disposição. Sou representante e sou do setor produtivo, então, não poderia deixar de colocar nosso nome à disposição.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Registro a presença do Deputado Bispo Renato Andrade.

Com a palavra a Sra. Nágela Maria, empresária.

SRA. NÁGELA MARIA – Tudo bem. Eu sou a Nágela Maria, empresária do ramo de confecção. Boa tarde a vocês que compõem a Mesa, que estão nos dando apoio, líderes do Governo que tentam nos ajudar de certa forma para que tenhamos um empenho maior, uma tranquilidade maior de estar aqui em Brasília num plano seguro para que trabalhemos com mais segurança.

Nós empresários que temos nossas lojas somos um *shopping* aberto de Brasília, um *shopping* que enfeita as nossas entrequadras. Sem as nossas lojas, não haveria tanto apoio para os moradores da cidade. E creio que os moradores não têm nenhuma objeção em termos – entendeu? – o nosso puxadinho, a partir do momento em que o nosso puxadinho dê conforto, dê certa estabilidade a eles para que tenham uma visão melhor do produto.

Nós geramos empregos, geramos muita mão de obra, geramos impostos, geramos tributos altíssimos. Então, estamos, assim, dentro de uma zona de desconforto ao ser cobrados pelos puxadinhos.

Quando comecei com a minha loja na 314 Sul, já peguei a loja com puxadinho, esse puxadinho tem 32 anos. Era até a Sermarc, uma loja antiga de parafusos aqui de Brasília. E nesse puxadinho construí uma história. Comecei a construir o meu ateliê, meu reduto, o meu espaço de trabalho. Foi ali que comecei com a minha primeira máquina, foi ali que comecei a desenvolver um trabalho manual. Então, acredito que é um espaço... Não só para mim, mas como o dos bares, das confecções, dos salões de beleza, precisamos de um espaço em que possamos trabalhar e desenvolver nosso trabalho, não só recebendo os nossos moradores locais.

Então, líderes... Temos uma pessoa que nos apoia muito, o Cleber Pires. Eu acho o Cleber uma pessoa magnífica, ele está aqui também para nos apoiar e ser



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 04 2015	15h25min	32 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	25

nosso líder local e nosso líder para brigarmos juntos. A Luci Ottoni também é uma pessoa que está, assim, muito na frente. Então, temos líderes locais que nos apoiam e veem que nossas lojas são um *shopping* aberto, enfeitam a nossa cidade, dão presença, dão estímulo às pessoas para andarem, verem vitrines bonitas.

Portanto, líderes, por favor, vejam se conseguem dar andamento nisso, para que sejamos bem beneficiados e beneficie vocês também.

Eu agradeço mais uma vez a todos os empresários presentes. Apesar de ser chamado de última hora, acho que a presença teve um bom momento aqui. Agradeço a todos. Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra ao nosso amigo cearense, árabe, o Chiquinho.

SR. FRANCISCO MARINHO (CHIQUINHO) – Senhoras e senhores, autoridades que compõem a Mesa, é uma felicidade muito grande, Dr. Manoel, porque uns dizem que o puxadinho... Houve o ensinamento na faculdade, outros reclamam do barulho, outros dizem que Brasília é tombada. Será que tudo isso... E o Dr. Juscelino Kubitschek inaugurou isso aqui, será que não legalizou esta Capital?

E tem muita gente, senhoras e senhores, companheiro Deputado Chico Vigilante, companheiro não é uma adaptação política, pois o meu reduto, aonde eu ganho o meu pão de cada dia suado, hoje com 78 anos... Fui empregado desta Casa e me orgulho muito de ser um eterno carregador de bandeja. Nesta Casa aqui, nós lutamos na Associação Comercial. É por isso que existe hoje aqui Chico Vigilante etc. Foi do pequeno comerciante que nasceu esta Casa, e isso nos orgulha muito.

Agora, Srs. Deputados e autoridades, vejam o que pode ser feitor pelo pequeno comerciante. Eu não entendo de ADIn, não entendo de nada a não ser trabalhar. Tem lá umas mesas que pesam 80, 90 quilos. Será que eu ainda tenho a capacidade? O grande arquiteto vai me ajudar, para não ter que carregar aquilo todos os dias nas costas.

Ainda tem um detalhe: somos também embaixadores. Quando vem gente de fora, nós é que informamos onde fica esta Casa, o Senado, e outras coisas.

Eu agradeço, mas que se prorogue e se faça uma lei com segurança, na qual o pequeno comerciante não seja taxado como marginal, com o alvará! Uma luta, um trabalho, exijo respeito para quem dá emprego. Será que eu, com 78 anos, 49 de funcionário, vou perder a razão de trabalhar? Jamais! E que todos vocês nos ajudem, que essa lei seja prorrogada com dignidade. Acho muito sublime, gosto de relacionar, que há o comerciante abusado, não tenho dúvida, como em toda comunidade, coisa que mais respeito... CEB e Caesb são padrão, em tudo o que a gente quer eles estão juntos.

Muito obrigado, e um abraço para o outros. Companheiro Vigilante, Jesus te ama! (Palmas.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 04 2015	15h25min	32ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu quero registrar a presença do Deputado Rodrigo Delmasso.

Concedo palavra ao Sr. Rodrigo Freire. (Pausa.)

O Sr. Rodrigo Freire já saiu. Desculpe-me.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta comissão, Deputado Chico Vigilante, e todos os componentes da Mesa, a quem eu quero saudar na figura do nosso grande amigo Sr. Jael Antonio da Silva. Eu poderia aqui ficar, eu acho, mais de uma hora, não é, Deputado Chico Vigilante, nominando, porque temos muitos amigos presentes. Mas o tempo não permite isso.

Eu ouvi agora o Chiquinho, do Beirute, e eu vejo com muita preocupação o fato de que, lá atrás, em 2006, aliás, em 2007, quando eu era Secretário de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, e começamos a discutir a questão dos puxadinhos. Eu não sei se o Chiquinho se lembra de que, numa sala grande, numa mesa enorme, de um lado nós tínhamos moradores que se sentiam incomodados com o movimento dos bares e restaurantes, e, do outro lado, proprietários de bares e restaurantes, principalmente os da Asa Sul, e, ali, durante 2 ou 3 horas, Morais, nós tivemos o embate, às vezes de ideias, às vezes de coisas pontuais. Mas, chegamos à conclusão de que era necessário que disciplinássemos essa situação, que é uma situação que decorre do crescimento da própria cidade.

Brasília, hoje, tem quase 3 milhões de habitantes não é porque o Sr. Chiquinho quer ou não é porque o Sr. Morais quer; é por uma série de outros fatores.

Brasília, que foi idealizada, precisa ser adaptada aos novos tempos. Não tem como você negar uma realidade. Aliás, os comerciantes aqui sabem, os empresários sabem que nas superquadras da Asa Sul, na verdade, os estabelecimentos eram para abrir para dentro da quadra, e não para o lado de fora. O lado de fora era para os carros e para cargas e descargas. Mas, com o tempo e a necessidade, as coisas vão se modificando. Pessoal, ninguém tem controle sobre essa variável. Aí, o governante tem que ser sábio para encontrar as soluções que melhor atendam aos interesses da sociedade.

Eu ouvi ainda, também com preocupação, muito rápido, não sei se consegui captar exatamente o que o Sr. Chiquinho estava falando, sobre a questão de que não somos marginais. Eu não sei se isso, hoje, ainda acontece, de alguém da Administração Pública, do Governo, tratar os empresários dessa forma. Eu sei que há 10 anos isso acontecia, sabe, Igor; hoje eu acho que não, até porque eu acho que com o tempo foi-se amadurecendo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 04 2015	15h25min	32ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

Mas, enfim, foi feita, fruto dessa reunião inaugural, uma lei que ficou apelidada a Lei dos Puxadinhos. Essa lei, por uma série de razões – que aqui não vamos discutir numa audiência como esta –, ainda não conseguiu ser implementada em todos os aspectos. Há a necessidade de que possamos encontrar a solução de modo definitivo. O meio é você prorrogar o prazo, você estender mais um pouco o prazo. Mas sobre a extensão do prazo eu não sei se a melhor forma seria um substitutivo; não sei exatamente como poderíamos, em termo de técnica redacional até. Parece-me que a melhor forma é começarmos também a estabelecer obrigações para o Estado. Porque eu sei que muitas das ações que não foram implementadas não o foram por dificuldades de natureza burocrática. E o Estado se coloca numa posição de primo legítimo de Deus. Parece que ele não tem culpa de nada, quando muitas vezes ele é o grande culpado de tudo.

Então, meus amigos, eu falo isso muito à vontade, porque antes de qualquer coisa eu sou um servidor público. Sou advogado da União aposentado, servi à Administração Pública, mas o Estado não pode mais se colocar como um feitor da sociedade; o Estado tem que se colocar como um colaborador, como um facilitador para ajudar a encontrar as soluções. E muitas vezes os problemas surgem exatamente dentro da Administração Pública.

Eu fico muito preocupado, e o Deputado Chico Vigilante é testemunha. Sou da base do Governo, apoio o Governo por uma série de razões, por entender que é um programa que se adequa à necessidade do Distrito Federal, pela amizade que tenho com o Governador Rodrigo Rollemberg lá de trás ainda, da década de 80, mas acima de tudo porque eu acho que Brasília não merece mais e não suporta mais um governo que seja ruim. Ela já teve demais isso. É hora de mudarmos o rumo dessa prosa. Não dá para ficarmos dessa forma.

E aqui é uma proposta que deixo registrada para que possamos estudá-la. Acho que, se o projeto não prevê isso, nós poderemos fazer um substitutivo, estabelecer obrigações não apenas para os empresários que queiram participar desse processo, mas também para que o Estado tenha prazos, sem possibilidade de arrumar desculpas, para que possamos resolver definitivamente esse problema.

Não dá para olhar Brasília com os olhos de 1960. Pelos olhos de 1960, era para ser uma cidade onde não haveria bar e restaurante. Só teria açougue, só teria padaria, farmácia, essas coisas. Mas o tempo mostrou que era necessário ter o Libanus, lá na 206, que era necessário ter o Beirute, lá com o Chiquinho. E para ter isso, pessoal, o público vai até aquele restaurante e quer ser bem tratado, e quer ter um local onde possa se estabelecer.

Então, aquela Brasília de 1960 que nos encantou, ela pode e deve continuar, sim, sendo preservada, mas sem esquecermos que a cidade cresceu e que as suas necessidades também surgiram. É hora de paramos de ter visão parcial das coisas e assumirmos a responsabilidade. O grande condutor disso tudo, da solução, é o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 04 2015	15h25min	32 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	28

Governo, desde que ele se coloque na condição de facilitador e não de criador de caso. Porque se ele continuar adotando a postura autoritária de que "eu faço, eu preendo e aconteço", como eu vi, inclusive, um dia desses... Eu fiquei muito triste quando eu cheguei a uma reunião da Associação Comercial e vi um secretário falando isso. Eu olhei assim e perguntei: será que eu estou em Brasília? Não é possível.

Pessoal, chega. Governo é parceiro. Se ele não entender que sendo parceiro ele ajuda na solução, ele não vai conseguir resolver os problemas da nossa cidade, que já estão se avolumando muito.

Eu quero deixar aqui registrado, Cleber, essa nossa proposta, que eu tenho certeza de que a nossa Presidente Deputada Celina Leão e o Deputado Chico Vigilante também certamente incorporarão, no sentido de prevermos no texto que a prorrogação não é uma mera prorrogação. A prorrogação tem que ser algo em que se defina a responsabilidade de solucionar definitivamente o problema, inclusive cometendo responsabilidade aos governos, seja este, seja o outro. Eu não sei para quando será essa prorrogação, até quando ela vai se estender. Mas o governo tem que assumir também a sua responsabilidade.

Quero aqui, mais uma vez, saudar a presença do meu grande amigo Cleber Pires.

Meus amigos, é essa a nossa contribuição. Estou pronto para disponibilizar o nosso mandato na busca de uma solução que nós já deveríamos ter apresentado há muito tempo. Até faço a *mea culpa*. Os governos – eu participei de um deles – até agora se mostraram incompetentes para oferecer aquilo que é o seu dever: a solução para os problemas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Deputado Raimundo Ribeiro.

Uma coisa tem que ficar absolutamente clara. Acho que todos os governos tentaram resolver: o Arruda, o Roriz, o Rosso não, porque o governo durou só 10 meses, o nosso governo – digo nosso porque eu assumi, inclusive nós tínhamos secretário do setor produtivo. É a maior preocupação. No PT, nós sempre assumimos essa bandeira aqui, sem nenhum temor. Não é porque a gente bebe muito lá no bar do Chiquinho. É porque a gente sabe da necessidade.

Os projetos que vêm à Câmara Legislativa, todos que chegaram aqui carecem de aperfeiçoamento. Carecem de aperfeiçoamento todos os projetos que chegaram aqui. Esse também carece. Portanto, a proposta que fizemos no início é que amanhã, às 9 horas – o Deputado Raimundo Ribeiro já está se disponibilizando também –, na sala de reuniões ao lado da sala da presidência, os representantes das entidades representativas que estão aqui com os seus técnicos, mais os técnicos da Câmara Legislativa, irão se reunir para chegar a um texto definitivo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 04 2015	15h25min	32 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	29

Quando o Deputado Raimundo Ribeiro era líder do governo aqui recentemente, a gente sempre fez assim. Temos que votar esse texto na terça-feira, não pode passar da terça-feira, só temos até o dia 30. Já fizemos isso em alguns momentos, com a questão das feiras, que era insolúvel e se resolveu a questão das feiras. Hoje está resolvida. Tinha a questão da Ceasa – a Ceasa era mais difícil ainda –, que foi resolvida também. Agora temos uma vantagem porque estamos contando com a boa vontade do Ministério Público, só que nós sabemos que no Ministério Público cada promotor é uma sentença. Sou muito amigo do Dr. Leonardo Bessa, mas na verdade o procurador-geral não manda. No Ministério Público ninguém manda, cada procurador decide o que fazer, não é o Dr. Bessa. Cada um deles tem autonomia, o que é importante, é bom que tenham autonomia.

Portanto, a nossa sugestão é esta: amanhã às 9 horas, na sala de reuniões ao lado da Presidência, a Deputada Celina Leão já designou o Sandro para instalar, eu estou disponibilizando o Willemann, um dos melhores técnicos desta Casa, convededor profundo da questão, com os técnicos do governo, amanhã às 9 horas, vamos sentar lá.

Nosso compromisso é votar na terça-feira, esse é o nosso compromisso. O da Asa Norte, quando a gente fez a lei que lá na frente vai precisar ser aperfeiçoada também, já estavam derrubando. Já estavam derrubando no nosso governo, e eu não coloco a culpa na Agefis. A Agefis está aí para cumprir a lei. Muita gente sataniza a Agefis. Outro dia eu tomei a liberdade – vou revelar aqui em público –, na primeira vez que falei com a Dra. Bruna, liguei para ela parabenizando-a por algumas ações que ela estava fazendo. Eu disse a ela: no que depender de mim, a senhora tem um apoiador aqui dentro. Se ela não cumprir a lei, vai responder pelo não cumprimento da lei. Não é o governador, não sou eu nem ninguém. É ela que vai responder por prevaricação. Então, é isso.

Essa é a sugestão. Dr. Manoel, Cleber, a associação comercial manda alguém, o Deputado Raimundo Ribeiro já está intimado, o Sindhobar, o Sindivarejista, e chegaremos à redação definitiva do substitutivo. Está certo?

Concedo a palavra ao Sr. Manoel Alexandre.

SR. MANOEL ALEXANDRE – Sr. Presidente, registro os nossos agradecimentos pelos pronunciamentos dos Srs. Deputados, dos empresários. Todos eles fortalecem a nossa convicção da necessidade de termos uma atitude objetiva e concreta em torno desse tema.

O nosso propósito, como bem salientou a Dra. Bruna e o Deputado Rafael Prudente, é o caráter provisório desse projeto de lei. Nós queremos, ao tempo em que pretendemos dar segurança jurídica àqueles empresários que ainda não conseguiram se adaptar à lei, ainda que o projeto seja aprovado, se os parágrafos que colocamos não forem atendidos – há pouco eu conversava com o Deputado Chico Vigilante a esse respeito –, a Agefis terá que atuar de qualquer maneira.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 04 2015	15h25min	32 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	30

Então, a autorização precária é absolutamente indispensável. Por outro lado, o nosso interesse é que essa autorização precária seja concedida com base na afirmativa do empresário de que ele está cumprindo a lei. Será o inverso do que se praticava, no sentido de que a autorização só seria dada mediante uma fiscalização prévia. Nós vamos inverter esse jogo. O empresário está falando a verdade, até que se prove o contrário. Isso agilizará o processo da autorização precária.

É fundamental que se mantenha esse parágrafo nessa condição, nós estamos entendendo desse modo. O cidadão e o empresário são corretos até que se prove o contrário. Isso é desburocratizante.

Por último, é importante que se conserve a ideia que o governo passe a cobrar o recurso público, que hoje é gratuitamente utilizado pelas empresas. Todas as associações com as quais conversamos puseram-se favoráveis a essa ideia de pagamento da área pública que é utilizada.

Portanto, eu quero mais uma vez agradecer por essa audiência. Amanhã nós estaremos aqui, com o maior prazer, para continuarmos a buscar o entendimento necessário para que essa lei seja aprovada na próxima terça-feira, como falou muito bem o Deputado Chico Vigilante.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado. O Deputado Raimundo Ribeiro está nomeando a Dra. Leila. Dra. Leila, amanhã, às 9h30min.

Eu gostaria de agradecer a presença dos parlamentares, das autoridades do Governo do Distrito Federal e dos representantes da sociedade civil que contribuíram de modo relevante para o sucesso deste evento.

Declaro encerrada a comissão geral, bem como a sessão ordinária que a originou.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a sessão às 17h28min.)